



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

TERRITORIALIDADES NO ASSENTAMENTO DE ROSE (SANTALUZ-BA): DINÂMICAS DA FORMAÇÃO CULTURAL E IDENTITÁRIA

Autor: Laviny dos Santos Costa Universidade do Estado da Bahia/DEDC/Campus XI, Serrinha-Ba

E-mail: lavinycosta18@gmail.com Coautor: Nathan Pereira Dourado Universidade do Estado da

Bahia/DEDC/Campus XI, Serrinha-Ba E-mail: npdourado@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

A complexidade da relação entre território, territorialização e territorialidade exige uma análise que transcenda a mera delimitação física, incorporando as dimensões de poder e afeto que estruturam o espaço vivido.

A territorialização, nesse sentido, não é apenas o ato de ocupar, mas o processo contínuo de apropriação e dominação que confere sentido e identidade a um determinado local, transformando-o em território. Essa dinâmica se manifesta na territorialidade, que abrange as práticas, os sentimentos e as representações que os sujeitos desenvolvem em relação ao seu espaço, sendo um reflexo direto das lutas e das negociações sociais. No contexto dos assentamentos rurais, como o de Rose, essa tríade conceitual ganha contornos ainda mais nítidos, pois a conquista da terra é, simultaneamente, um ato político de resistência, uma redefinição econômica de subsistência e a fundação de um novo território simbólico, onde a identidade coletiva é forjada na experiência compartilhada da luta e da permanência.

Neste sentido, a análise do Assentamento de Rose transcende o estudo de caso local, oferecendo uma rica oportunidade para aprofundar o debate teórico sobre a produção social do espaço. A ocupação da antiga Fazenda Lagoa do Boi, em 1989, representa a materialização da luta histórica dos movimentos sociais por uma reforma agrária efetiva, confrontando a lógica do latifúndio improdutivo e a concentração fundiária, a persistência das famílias acampadas por cinco longos anos, apoiadas por sindicatos e organizações.

Ao detalhar a trajetória que vai da ocupação à posse definitiva, e a subsequente construção de uma identidade coletiva, a pesquisa insere-se no campo da Geografia Crítica, contribuindo para a compreensão de como os sujeitos subalternizados constroem seus próprios territórios a partir da luta. O estudo se torna relevante ao evidenciar a interdependência entre os conceitos de território,



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

identidade e resistência, mostrando que a posse da terra é o ponto de partida para a reivindicação de direitos e a inserção em políticas públicas, conforme observado no acesso à água, energia e moradia.

O território é definido como uma área delimitada que possui características físicas, políticas, econômicas e culturais próprias. Essas características são construídas e moldadas pelas relações sociais e políticas que ocorrem nessa área, incluindo a ocupação e a apropriação do espaço, bem como as interações entre as diferentes pessoas e grupos que ali vivem. No livro “O mito da desterritorialização”, Rogério Haesbaert (2011) aborda importância do território simbólico e do espaço de referência na formação de identidades individuais e coletivas, “O território aqui é antes de tudo, um território simbólico, ou um espaço de referência para a construção de identidades.” (HAESBAERT, 2011, p. 35). O autor argumenta que, embora a globalização tenha levado a uma maior interconexão entre as pessoas e culturas ao redor do mundo, ainda é essencial ter um território simbólico para a construção de identidades.

No entanto dentro da formação observa-se que esses territórios simbólicos são formados por elementos como a língua, o folclore, a história, os mitos e as tradições de um determinado grupo ou comunidade. O contexto de território em qualquer forma se define com uma grande referência as relações que vão sendo construídas socialmente, como enfatiza Saquet:

O contexto de território em qualquer forma se define com uma grande referência as relações que vão sendo construídas socialmente. O espaço está no tempo e o tempo está no espaço. Tal relação é considerada, nos estudos geográficos, de diferentes maneiras: ora destacam-se os processos históricos, ora o relacional, no entanto, trata-se, sempre, de traços do tempo histórico e do coexistente através das relações sociais. Isso significa que, às vezes, evidenciam-se, por exemplo, as fases ou períodos e, noutras situações, as relações sociais, sejam elas culturais, econômicas ou políticas espacializadas, regionalizadas ou territorializadas. (SAQUET, 2009, p. 74)

Um exemplo claro de uma formação territorial que traz interações políticas, econômicas, e culturais próprias, é o Assentamento de Rose.

O assentamento de Rose originou-se através da luta dos movimentos sindicalistas, e vem até os dias atuais enfrentando desafios na apropriação e uso do território, como foi relatado por meio de visita ao local e bate-papo com moradores do assentamento.

Um dos moradores que esteve presente desde o início da formação e hoje é um dos principais líderes do assentamento, traz um pouco da grande riqueza geográfica que foi o processo de formação do assentamento. Antes da ocupação as terras se chamavam "Fazenda Lagoa do Boi", localizada a nove quilômetros da sede do município de Santaluz-BA. Em 1988, líderes sindicalistas dos municípios que compõem o território do sisal, como Conceição do Coité, Retirolândia, Valente e



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

Santaluz fizeram uma pesquisa com ênfase no levantamento de dados sobre terras que estavam improdutivas no território do sisal, uma das localidades foi a fazenda Lagoa do Boi, com uma área de 1.360 hectares de terras, equivalente em torno três mil e seiscentas tarefas de terra (dados fornecidos pelo morador). Antes da ocupação do assentamento, em torno da década de setenta, essa área de terra estava sendo ocupada pela plantação de sisal, feita pela empresa celulose, que neste período logo depois a uma decadência do sisal na época, acabou abandonando as terras.

Após o abandono da área pela empresa, os líderes sindicalistas então começaram suas pesquisas e lutas para mostrar que a terra estava improdutiva, dando início a busca pela reforma agrária destas terras e que o governo pagasse a empresa os benefícios que até então tinham sido feitos e assentasse na localidade pessoas que não tinham terras.

Depois de todo processo feito, no dia 10 de julho de 1989, mais de duzentas famílias vindas dos municípios de Serrinha, Conceição do Coité, Valente, Retirolândia, São Domingos e Santaluz, ocuparam a então fazenda Lagoa do Boi. Com construções de barracas de lona, tendo suporte com flechas de sisal, a população foram formando o acampamento que permaneceu durante cinco anos nesse estado de dificuldade. Com muitas idas e vindas até o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) em Salvador, também reuniões com o governador do estado da Bahia, e com várias lideranças políticas, para tentar que o governo pagasse as bem feitorias a empresa antiga dona das terras, em 1995 foi emitida a posse de terras para os acampados, sendo assim naquele momento só foi possível ficar no local setenta e oito posseiros, cada um deles receberam quarenta tarefas de terras.

Os sindicatos trabalhistas da região, a empresa APAEB (Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira), MOC (Movimento de organização comunitária), alguns empresários da região, ajudaram com doações para as famílias e tiveram papéis importantes na permanência dos posseiros no assentamento. Após a estabilidade do direito as terras os moradores decidem fazer uma homenagem a uma grande mulher que se fazia presente em movimentos de luta pela terra, seu nome era Roseli Celeste, apelidada de Rose. Em 1986 Roseli era uma das líderes da macha de luta pela terra no Rio Grande do Sul, estava grávida de oito meses, e no decorrer do movimento, na linha de frente, foi atingida por um caminhão desgovernado, sendo vítima fatal. Em 1989, três anos após o fato, nasce uma garotinha no assentamento, e em homenagem a uma grande líder que se foi, os moradores colocam seu nome Rose, e o da comunidade também, assim então nasce o nome do povoado.



A importância do tema proposto consiste na necessidade de compreender a apropriação e uso do espaço, assim também abordar como a tríade conceitual território-territorialização-territorialidade pode ser simbólica e contribuidora para formação identitária. No contexto do município de Santaluz, localizado na região Sisaleira, ter uma posse de terra se torna algo muito significativo, principalmente para muitos daqueles que não possuíam nem sequer a própria casa. Ao abordar questões de posse é importante dizer que os acampados tinham a perspectiva de poder ter um pedaço de terra para trabalhar e sobreviver através dela, gerando também o direito às outras políticas públicas para aquela população, como direito à água, energia, moradia, entre outros, que atualmente são acessíveis no assentamento. Assim, a pesquisa se justifica pela integração do processo de territorialização da luta pela terra e construção de identidade coletiva.

Para tanto, a pesquisa se desdobra em três objetivos específicos: primeiramente, investigar o processo de ocupação e consolidação do Assentamento de Rose como um território socialmente construído; em segundo lugar, compreender as práticas culturais desenvolvidas pelos moradores e sua intrínseca relação com o espaço vivido; e, por fim, identificar os elementos que compõem a identidade coletiva dos sujeitos assentados, revelando as dinâmicas entre o território, a cultura e a identidade nesse contexto particular.

METODOLOGIA

A presente seção detalha o percurso metodológico adotado para a investigação da territorialidade identitária da formação do assentamento de Rose. O desenho da pesquisa foi concebido para garantir uma abordagem abrangente e sistemática, capaz de articular a profundidade da análise teórica com a riqueza da experiência empírica local. O objetivo central da metodologia é não apenas descrever e compreender as dinâmicas socioespaciais existentes, mas também gerar um conhecimento que seja instrumental para o fortalecimento da cultura local e a promoção do reconhecimento social e político dos assentados. Essa escolha metodológica reflete o compromisso ético e político do trabalho, que busca transcender a mera observação para envolver ativamente os sujeitos da pesquisa no processo de produção de conhecimento.

O emprego da pesquisa participativa não é uma mera opção, mas uma exigência epistemológica que garante a legitimidade do conhecimento produzido, ao integrá-lo e validá-lo junto aos sujeitos da pesquisa, portanto, que o desenho metodológico não apenas cumpre o papel de fundamentar a análise, mas se consolida como um instrumento de empoderamento, projetando a



pesquisa para além do âmbito acadêmico e conferindo-lhe um impacto direto na promoção do reconhecimento público e na sustentabilidade das aprendizagens sociais e políticas locais.

A metodologia da pesquisa foi estruturada em etapas que buscam garantir uma abordagem abrangente e sistemática sobre a territorialidade e formação de identidade coletiva no assentamento de Rose. Inicialmente foi realizada uma revisão bibliográfica para fundamentar teoricamente o estudo, utilizando obras de autores relevantes no debate territorial. A pesquisa de campo preliminar foi conduzida por meio de um levantamento qualitativo, utilizando entrevistas com moradores do assentamento. Os instrumentos de pesquisa incluíram gravações da entrevista, fotografias e visita técnica ao local, que foram transcritas e analisadas qualitativamente.

Essa abordagem metodológica visa não apenas identificar as práticas existentes, mas também propor melhorias e inovações que possam enriquecer e incentivar a cultura local, também tornando fundamental o reconhecimento para o público de como essas bases se fazem presentes na vida local dos assentados, gerando uma vida de aprendizagens social e política, dentro do seu espaço de vivências.

O método de coleta primário foi a visita preliminar ao assentamento, juntamente com a entrevista semiestruturada com moradores. A seleção dos participantes seguiu critérios de intencionalidade, visando incluir indivíduos com diferentes tempos de residência, papéis sociais e níveis de engajamento na vida comunitária, assegurando a diversidade de experiências e o conhecimento aprofundado sobre a história e o cotidiano local, dentro destes, tínhamos, escritores, líderes comunitários, professores e agricultores, todos moradores do assentamento e contribuidores da cultura local. Adicionalmente, a coleta de dados foi enriquecida pela realização de registros fotográficos sistemáticos. Esses instrumentos visaram a apreensão da materialidade do território, das formas de uso e apropriação do espaço, e das práticas espaciais cotidianas, **figura 1** (Batedeira de sisal presente no assentamento).

Figura 1-



Fonte: Costa, 2025.



Este dado visual, quando triangulado com as narrativas dos moradores sobre o uso do espaço e a luta por melhorias, torna-se crucial para a compreensão da territorialidade vivida e das manifestações da identidade coletiva que se materializam na paisagem.

Ao correlacionar falas e vivências dos moradores foi possível desvendar como o assentamento reflete que o território não é um palco neutro, mas um espaço onde o poder é constantemente negociado e manifestado, o que é fundamental para a análise de um assentamento. “O território é um trunfo, recurso e entrave, continente e conteúdo, tudo ao mesmo tempo. O território é o espaço político por excelência, o campo de ação dos trunfos.” (Raffestin, 1993, p. 59-60), ao definir o território como um "trunfo particular" e "campo de ação dos trunfos", Raffestin destaca que o controle sobre o espaço é um elemento fundamental na dinâmica do poder. No contexto de um assentamento, isso permite analisar como os assentados buscam controlar e gerir seu novo espaço, definindo suas regras de uso e apropriação.

Ao articular conceitos: espaço de poder, onde relações sociais, econômicas e simbólicas se materializam, manifestação do território, ou seja, aos modos como os grupos sociais se relacionam e se apropriam do espaço, estabelecendo vínculos, dominações, resistências e identificações, conjunto dinâmico de práticas, saberes, valores, crenças, costumes e manifestações artísticas compartilhados por um grupo social, um processo contínuo de construção social que envolve o sentimento de pertencimento a um grupo e a diferenciação em relação a outro. A pesquisa busca demonstrar que o Assentamento de Rose não é meramente um espaço físico de produção, mas um território vivido onde a apropriação do solo e as relações sociais tecem uma cultura singular, que, por sua vez, forja e reafirma a identidade de seus moradores.

O foco não se restringiu ao "o quê" é dito (o conteúdo), mas se expandiu para o "como" e o "porquê" é dito, investigando as condições de produção do discurso. Buscou-se desvelar as formações discursivas que circulam no assentamento, especialmente aquelas relacionadas à luta pela terra, à resistência e à construção da identidade.

O Assentamento de Rose está situado no povoado de Rose, área rural do município de Santaluz, que se localiza na região do Semiárido Nordestino, no nordeste do estado da Bahia. Geograficamente, Santaluz faz parte da microrregião de Serrinha.

RESULTADOS E DISCUSSÃO



Os resultados indicam que o espaço é, fundamentalmente, um produto de constantes disputas, negociações e da resiliência de seus moradores frente às adversidades, como a carência de políticas públicas de infraestrutura e o preconceito social.

A comunidade, longe de ser passiva, demonstra uma busca incessante por seus direitos, ao mesmo tempo em que constrói um rico espaço simbólico. Ainda passa por algumas dificuldades de políticas públicas, muitas ruas ainda estão sem pavimentação e sem rede de esgoto, algumas moradias ainda são precárias e nem todos conseguem ter plantações de alimentos. Os assentados estão sempre procurando os seus direitos como cidadãos, recorrem a todos os poderes públicos em busca de atender suas necessidades, não contam com assistências para a permanência no assentamento, se sentem isolados pelo poder público do município, que por vez não auxilia em serviços que valorizem os moradores e a luta que enfrentaram para chegar até o propósito da ocupação, o conceito de território, central para esta análise, não se limita a uma única escala, pelo contrário, ele se manifesta em múltiplos níveis que se sobrepõem e interagem, desde o espaço mais imediato da vida cotidiana até a esfera nacional. A **Figura 2**, proposta por Fernandes e Girardi, ilustra essa complexa sobreposição de territórios."

Figura 2- Tipos de territórios



Figura 1 – Tipos de territórios
Org. Bernardo Mançano Fernandes/Eduardo Paulon Girardi



A **Figura 2** desdobra o conceito de território em diferentes escalas espaciais de poder: a propriedade (o lote, a terra), o município, o estado e a nação (Brasil). Cada uma dessas camadas representa uma forma de controle, legislação e identidade. A propriedade privada é a escala mais elementar do controle sobre a terra. O município, por sua vez, é a esfera do poder público local, responsável por políticas diretas como saneamento e pavimentação. O estado e a nação representam níveis mais amplos de poder político e jurídico, que definem as políticas agrárias e o reconhecimento de cidadania. Essa visualização é crucial para entender que qualquer espaço, como um assentamento, está inserido simultaneamente em todas essas jurisdições, assim Fernandes (2008) relata:

“Todavia ao explorar uma dimensão do território, ele atinge todas as outras por causa dos princípios da totalidade, da multiescalaridade e a multidimensionalidade. A compreensão de cada tipo de território como totalidade com sua multidimensionalidade e organizado em diferentes escalas, a partir de seus diferentes usos, nos possibilita entender o conceito de multiterritorialidade. (FERNANDES, 2008, p.277)”

A complexa dinâmica observada no assentamento Rose pode ser mais bem compreendida à luz do argumento de que o território funciona como um sistema integrado. Conforme aponta, ao explorar uma dimensão do território, ele atinge todas as outras por causa dos princípios da totalidade, da multiescalaridade e a multidimensionalidade. Essa premissa é fundamental para analisar o impacto das ações locais em múltiplas esferas. Os moradores do assentamento são, de fato, multiterritoriais: eles habitam e atuam simultaneamente no território da luta pela terra, no território da cultura que resiste, no território da cidadania negada pelo município e no território da identidade que eles próprios constroem. A vida deles é uma constante navegação e gestão dessas múltiplas territorialidades sobrepostas.

A luta pela terra se dá na escala da propriedade, questionando sua função social. Ao mesmo tempo, os moradores recorrem ao município para exigir seus direitos básicos de infraestrutura, como esgoto e pavimentação, evidenciando a tensão com o poder local. Suas demandas também alcançam as esferas estadual e federal (Brasil), onde buscam o reconhecimento de seus direitos como cidadãos e trabalhadores rurais, lutando contra políticas ou pela criação de novas. Portanto, a vida no assentamento é uma constante negociação e confronto em todas as camadas territoriais ilustradas, Germani (2010) diz que:

“Embora a Questão Agrária possa ser analisada de várias dimensões, ela vai ter sempre uma dimensão territorial e vai ser sempre expressão de uma questão territorial. Como conceito Questão Agrária é uma abstração, mas adquire concretude e materialidade através da apropriação privada da natureza pelos grupos sociais e que se manifesta na estrutura de propriedade da terra. Esta, a estrutura da propriedade da terra, por sua vez representa a



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

concretização no espaço da forma como os diferentes grupos atuam e se relacionam na sociedade. (GERMANI, 2010, p.04)

Não importa por qual ângulo você analise a questão agrária seja pelo viés econômico (produção, desigualdade), social (conflitos, êxodo rural), político (leis, poder) ou ambiental (uso dos recursos) no final, tudo se resume a uma disputa por espaço, controle e poder sobre a terra. Ao analisarmos processos históricos do Brasil podemos observar reflexos sobre as posses de terras que se reverbera no que vivemos atualmente, segundo Germani (2006):

As primeiras concessões de terra se concretizaram, em 1531, com Martim Afonso de Souza, Capitão Mor das terras do Brasil. Foi ele também que estabeleceu o primeiro engenho de cana de açúcar no Brasil, na vila de São Vicente. Estavam traçadas as bases de uma nova política econômica que se apoiava em duas instituições – a sesmaria e o engenho – que junto com regime da escravatura se constituiriam nos pilares da antiga sociedade colonial. (GERMANI, 2006, p. 122)

A distribuição de terras no Brasil já nasceu desigual. As sesmarias eram imensas porções de terra concedidas pela Coroa Portuguesa a poucos indivíduos (nobres, militares, pessoas de confiança do rei), como Martim Afonso de Souza. Isso significa que, desde 1531, o acesso à terra no Brasil não foi democrático. Pelo contrário, foi um privilégio para uma elite. A terra no Brasil não foi concedida para promover a subsistência ou o desenvolvimento de uma economia diversificada. Ela foi entregue com um propósito específico: a produção em larga escala de um único produto (monocultura) para exportação. O engenho é o símbolo máximo desse modelo. Ele exigia grandes extensões de terra (o latifúndio) e muita mão de obra. Esse modelo econômico, focado no lucro, não tinha espaço para o pequeno agricultor ou para a produção de alimentos para o mercado interno. A terra era vista apenas como um meio de produção para o enriquecimento de uma elite, e não como um espaço para se viver.

O território não é apenas um "cenário" onde a questão agrária acontece, ele é a própria causa e consequência dela. A luta não é abstrata, é por um pedaço de chão. O assentamento não é apenas um "estudo de caso" questão agrária; ele é a própria materialização dela. A luta dos moradores por infraestrutura, o preconceito que sofrem e a cultura que criam são expressões diretas da disputa por aquele território específico.

Durante o período de acampamento, uma liderança relata que foi construída uma barraca com lona e flechas de sisal para que servisse como escola à população acampada, e uma professora ia até o local contribuir para a educação. Um dos moradores entrevistado, relata que cresceu no assentamento, sempre esteve presente nas reuniões e se tornou líder do grupo de jovens da



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

comunidade, o GJPA (Grupo de Jovens Paz e Amor) onde juntamente com outros moradores, produziram peças teatrais, cantorias, reflexões bíblicas e muita arte.

Os acampados tinham a perspectiva de poder ter um pedaço de terra para trabalhar e sobreviver através dela, gerando também o direito às outras políticas públicas para aquela população, como direito à água, energia, moradia, entre outros.

As famílias foram em busca do acesso à terra para o trabalho e abrigo, muitas das políticas públicas existentes no assentamento foram fruto da luta dos próprios moradores, através da APACOL (Associação dos Pequenos Agricultores do Rose), LÍDER (Liga Desportiva Cultural dos Assentamentos), IMAQ (Instituto Maria Quitéria) de Feira de Santana, FATRES (Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares do Semiárido da Bahia e MOC (Movimento de Organização Camponesa).

Embora enfrentem também o preconceito da sociedade por ser um território de “sem-terras”, como são chamados, realizam atividades não são apenas de lazer, mas mecanismos essenciais para a transmissão de valores e para a construção de uma identidade coletiva forte, que resiste e redefine a narrativa externa. Muitas das vezes os moradores são taxados ladrões de terras, atributos que parte de uma permissa onde os latifundiários da região influência a população local a acreditar que são pessoas que não trabalharam para comprar aquela terra e “invadiram” aquela propriedade, criando assim toda uma alienação daqueles desinformados.

O território simbólico chama atenção de muitos que o conhecem, são inúmeros talentos originários dos moradores, este fenômeno transcende a simples produção de arte, pois incorpora os próprios moradores, transformando em uma ferramenta de representação e integração social. Tem escritores, que escrevem novelas e peças teatrais, incorporando outros moradores a serem os atores e participarem das gravações, também moradores reproduz seus saberes na culinária e já escreveram um livro com as receitas, o projeto de Griôs do assentamento, que visa a participação de moradores que tem mais de 40 anos que estavam sem um momento cultural de lazer, estes têm espaços para interagir na comunidade contando suas histórias e fazendo com que a cultural tradicional seja repassada de gerações para gerações, e assim resgatando os valores culturais do assentamento, e vários outros projetos culturais que o Rose tem participação ativa, desenvolvendo papéis essenciais na formação do território, como aponta a autora:

O comprometimento das gerações mais velhas na construção da Identidade dos jovens dá a eles a possibilidade de pertencer a uma comunidade, a um grupo, ter um objetivo comum, uma Identidade coletiva que faz parte da Identidade pessoal. A busca por uma Identidade é marcada pelo esforço de



definir e redefinir a si, sendo às vezes implacavelmente cruel consigo se comparando a outros.” (OLIVEIRA, 2018, p. 47)

O assentamento de Rose é resultado de disputas e negociações entre diferentes interesses agentes sociais. Reforçando que toda essa relação que existe no assentamento está ligada a relações de poder, a identidade e cultura de um determinado grupo ou sociedade, que o território vai além de uma delimitação geográfica, é também um espaço simbólico, onde são estabelecidas e vivenciadas as relações sociais. O assentamento Rose existe justamente porque a "estrutura de propriedade da terra" no Brasil é historicamente concentradora e excludente. A existência do assentamento é a prova viva de como a "apropriação privada" gerou uma consequência social (os "sem-terra"). A luta deles é uma tentativa de subverter essa estrutura, de dar uma função social à terra que antes servia apenas ao interesse privado.

Contudo, a análise do assentamento Rose revela a necessidade de adicionar uma camada que não está explícita na **Figura 2**, mas que é fundamental: o território simbólico-cultural. Enquanto as camadas de Fernandes e Girardi representam principalmente o poder político-administrativo, o assentamento constrói seu próprio território por meio da cultura, da arte e da memória, como visto nos projetos de teatro, culinária e dos 'Griôs'. Esta camada, construída “de baixo para cima”, coexiste com as outras e serve como uma poderosa ferramenta de resistência e afirmação identitária, ressignificando um espaço marcado por disputas e preconceito e transformando-o em um lar.

A trajetória do assentamento de Rose demonstra que a luta pela terra não se encerra com a sua conquista, mas se desdobra em uma contínua batalha pela permanência e pela dignidade. Neste cenário, as manifestações culturais emergem não como um adorno, mas como a principal estratégia de soberania da comunidade. A criação de uma escola improvisada durante o acampamento, a formação de grupos de jovens como o GJPA e a articulação com entidades como o MOC revelam uma consciência coletiva de que a organização social é o alicerce para a reivindicação de direitos. Mais do que isso, a produção artística e a valorização da memória, funcionam como um poderoso contradiscurso. Diante de uma narrativa externa que os aliena e criminaliza, os moradores respondem com uma vibrante produção de identidade, transformando o território físico, conquistado com luta, em um território simbólico, nutrido de afeto, pertencimento e significado.

O espaço, inicialmente definido pela carência e pela disputa, é progressivamente ressignificado pelas práticas cotidianas de seus moradores. A organização para obter direitos básicos, como água e energia, e a criação de espaços de expressão, como as atividades teatrais e as cantorias, são processos que tecem laços sociais indissolúveis. É notável como a comunidade investe na



formação de suas novas gerações, como no caso do jovem que, tendo crescido em meio às reuniões, se torna líder. Este fato, alinhado à sabedoria dos mais velhos no projeto "Griôs".

Os resultados demonstram que a jornada da comunidade transcende a simples aquisição de um lote de terra; trata-se de um complexo processo de edificação de um lugar. Se a terra foi o objetivo inicial da luta, o "lugar" é a construção diária, embutida de valores, memórias e projetos de futuro. A luta contra o estigma de "ladrões de terra" não é travada com argumentos jurídicos, mas com a exuberância de sua produção cultural. Cada peça teatral encenada, cada receita compartilhada, cada história contada pelos mais velhos é um ato político que afirma: "nós pertencemos a este lugar e este lugar nos pertence". Ao construir seu próprio território simbólico "de baixo para cima", a comunidade não apenas se defende das narrativas de exclusão impostas "de cima para baixo", mas também cria um universo de sentido próprio. O assentamento de Rose, portanto, se revela menos como um ponto no mapa e mais como um vibrante espetáculo social, cuja vitalidade reside na capacidade de transformar a luta em arte, a carência em solidariedade e a terra em um verdadeiro poço de felicidade, garantindo a existência, o direito e o lugar para chamar de seu de cada um que ali habita. Portanto, como aponta Oliveira (2018):

A Identidade deixa de ser vista como algo inofensivo, pensando sua importância na disputa em uma sociedade dividida por classes sociais, ela garante a defesa de valores e utopias, a continuidade das lutas de uma classe, de um povo. Ao pensarmos sobre a neutralidade da Identidade, fica difícil não notar que é ela quem garante a continuação das tradições das comunidades tradicionais e, principalmente a resistência das mesmas que tem as suas tradições como processo de resistência. Isso possibilita o pertencimento, a construção de uma Identidade coletiva que tem como foco a luta de um povo e a defesa de seu território. (OLIVEIRA, 2018, p. 50)

A identidade ser "assentado", "sem-terra", "agricultor familiar" não é apenas um rótulo. É a bandeira que une um grupo na luta por seus interesses contra outros grupos com interesses opostos (neste caso, uma classe dominante de grandes proprietários de terra). A identidade coletiva permite que a comunidade defenda seus valores (solidariedade, função social da terra) e suas utopias (um futuro com mais justiça social e dignidade). Ela é o que dá liga e continuidade à luta, transformando um conjunto de indivíduos em um povo com um objetivo comum. Manter uma tradição viva, em um mundo que tenta apagar a sua história e deslegitimar sua existência, é um ato político.

A identidade e as tradições criam um sentimento de pertencimento. É esse sentimento que transforma um simples "espaço" em um "território" a ser defendido. As pessoas não lutam por um pedaço de terra abstrato; elas lutam pelo seu lar, pelo lugar onde suas memórias foram ou serão construídas e onde suas tradições se reverbera. A identidade coletiva, portanto, é o que dá o



combustível emocional e político para a defesa do território. A luta deixa de ser apenas por um meio de produção (a terra) e se torna uma luta pela própria existência do povo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acesso à terra para muitas famílias é algo ainda muito sonhado, e grande parte da população do Rose almejava ter uma possível forma de tirar seu sustento através do acesso à terra e práticas agroecológica, sendo necessário que a reforma agrária fosse feita garantindo o acesso à terra a essa população, e assim a partir da formação que se perpetuou o assentamento, surgiu um território simbólico e cultural, levando em conta também as relações de poder que influenciaram, a forma como esse espaço foi organizado, demarcado e liderados pela população local, definindo quem tem acesso e controle sobre eles. Nesse contexto estão atreladas às relações de poder entre o espaço, sociedade, buscando compreender como as dinâmicas espaciais são influenciadas por estruturas políticas, econômicas, sociais e culturais.

Com todos os embates enfrentados, o Assentamento de Rose é um exemplo de resistência, a organização e associações dos assentados é essencial para poderem ter mais força política e econômica, e para buscar apoio governamental. As práticas culturais observadas, desde as formas de organização da produção agrícola e o uso da terra agroecológicos e adaptado ao semiárido, até as manifestações de fé, as festividades e os modos de solidariedade comunitária, evidenciam a riqueza do cotidiano dos assentados. Essas práticas não são apenas reflexos de uma cultura preexistente, mas são ativamente construídas e ressignificadas no espaço vivido do assentamento, forjando laços sociais robustos.

Este trabalho se propôs a analisar a complexa formação do território no assentamento Rose, buscando compreender como uma comunidade, nascida da luta pela terra, constrói seu espaço, sua identidade e suas estratégias de resistência.

A investigação histórica, abordada no início deste estudo, demonstrou que a estrutura fundiária brasileira foi forjada, desde o período colonial com as sesmarias, sobre o tripé do latifúndio, da monocultura de exportação e da mão de obra explorada. Compreendeu-se que a existência de movimentos como o dos "sem-terra" não é um acaso, mas uma consequência direta e histórica de um projeto de nação que sempre privilegiou a concentração de terras e marginalizou o pequeno agricultor. A questão agrária, portanto, revelou-se como a expressão territorial de uma desigualdade social estrutural, e o assentamento de Rose, a materialização da luta contra essa herança.



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

Diante do abandono do poder público e do estigma social que os rotula como "invasores", os moradores do assentamento Rose respondem com uma poderosa e incessante produção de cultura, ensina que a conquista da terra é apenas o primeiro capítulo da luta. A verdadeira consolidação do território se dá na esfera simbólica, na capacidade de transformar um espaço de carência em um lar de abundância cultural. A cultura emerge, portanto, como a estratégia fundamental que permite à comunidade não apenas existir, mas resistir, florescer e afirmar sua dignidade.

Por fim, a análise dos elementos identitários demonstrou a emergência de uma identidade coletiva fortemente vinculada ao "ser assentado". Essa identidade é multifacetada, englobando o orgulho pela conquista da terra, a valorização do trabalho rural, as práticas agroecológicas, a solidariedade, a memória de lutas passadas e a esperança por um futuro mais justo.

A luta pela terra é, em sua essência, a luta pela raiz de toda a dignidade humana. É a busca por um chão onde seja possível não apenas semear alimentos, mas também cultivar sonhos, construir lares e colher cidadania. Cada movimento, cada reunião, cada voz que se levanta para reivindicar um pedaço de chão está, na verdade, clamando pelo direito fundamental de existir e de pertencer. A terra é mais do que um bem material; ela é a base sobre a qual se edifica a autonomia, se nutre a cultura e se garante o sustento de gerações. Cada obstáculo superado, cada direito conquistado e cada manifestação cultural que floresce em meio à adversidade serve como um poderoso testemunho de que a união e a organização são capazes de subverter estruturas históricas de opressão. A luta pela terra é uma escola de resistência que ensina o valor da solidariedade e o poder da identidade. Que essa coragem inspire outros a não se calarem e que cada vitória, por menor que pareça, ecoe como um lembrete de que um futuro mais justo não é apenas um sonho, mas um destino que se constrói a cada passo, com as mãos firmes no presente e os olhos fixos no horizonte.

Palavras-chave: Assentamento; luta pela terra, questão agrária.

REFERÊNCIAS

Entrevista sobre o projeto **Griôs no Povoado de Rose**. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/3118202/> acesso em: 27 set 2023.

Fernandes, Bernardo Mançano. **Entrando nos territórios do território**. In PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo Expressão Popular, 2008b. p. 273-302. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/366921813/Bernardo-Mancano-Fernandes-Entrando-nos-territorios-do-territorio-pdf>. Acesso em: 10 jan. 2025.

Germani, G. I. (2006). **Condições históricas e sociais que regulam o acesso a terra no espaço agrário brasileiro**. *GeoTextos*, 2(2), 115-147. Disponível em:



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/geografar_germani_condicoeshistoricassociaa_0.pdf. Acesso em: 12 fev.2025.

GERMANI, Guiomar. **Questão agrária e movimentos sociais: a territorialização da luta pela terra na Bahia**. In: COELHO NETO, A. S.; SANTOS, E. M. C. e SILVA, O. A. (Org.). (GEO)grafias dos movimentos sociais. Feira de Santana (BA): UEFS Editora, 2010, v., p. 269-304. Disponível em: <https://geografar.ufba.br/germani-guiomar-iquestao-agraria-e-movimentos-sociais-territorializacao-da-luta-pela-terra-na-bahia>. Acesso em: 12 fev. 2025.

OLIVEIRA, A. A. **Processos de construção da identidade camponesa: reflexões a partir do projeto de assentamento Rose em Santaluz–Bahia**. 2022 (Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia como requisito para obtenção do título de Licenciada em Educação do Campo) AMARGOSA – BA 2022. Disponível em: [file:///C:/Users/lavin/Downloads/Processos_Construcao_Identidade_TCC_2022%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/lavin/Downloads/Processos_Construcao_Identidade_TCC_2022%20(1).pdf). Acesso em: 20 jul. 2025.

SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. Disponível em: <https://docs.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POSGRA DUACAO/TIPOLOGIA%20DE%20TERRITORIOS/LIVRO%20SAQUET%20E%20SPOSITO.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2025.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do ‘fim dos territórios’ à Multiterritorialidade**. 6. Ed. Ver. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.